

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	3 meses findos em		9 meses findos em	
		30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Receita operacional, líquida	3	2.004	2.369	6.184	6.119
Custos dos serviços		(1.606)	(1.950)	(4.526)	(4.968)
Custos com energia elétrica	4	(1.127)	(1.624)	(3.195)	(3.993)
Custos de construção	5	(290)	(158)	(784)	(494)
Custos de operação	6	(189)	(168)	(547)	(481)
Lucro bruto		398	419	1.658	1.151
Perdas de créditos esperadas	10.2	(21)	(16)	(59)	(60)
Despesas com vendas	6	(15)	(13)	(42)	(39)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(71)	(54)	(174)	(155)
Lucro operacional		291	336	1.383	897
Resultado financeiro	7	(82)	(62)	(282)	(125)
Receitas financeiras		70	33	212	110
Despesas financeiras		(135)	(95)	(445)	(248)
Outros resultados financeiros, líquidos		(17)	-	(49)	13
Lucro antes dos tributos		209	274	1.101	772
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(54)	(89)	(322)	(236)
Corrente		(62)	(51)	(208)	(124)
Diferido		8	(38)	(114)	(112)
Lucro líquido do período		155	185	779	536
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)				
Ordinária		0,76	0,91	3,82	2,63
Preferencial A		0,84	1,00	4,20	2,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Lucro líquido do período	155	185	779	536
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Obrigações com benefícios à empregados	-	-	(62)	(191)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	(1)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	-	21	65
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	(42)	(126)
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	(17)	3	(48)	(12)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	6	(1)	17	4
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(11)	2	(31)	(8)
Outros resultados abrangentes do período líquido dos tributos	(11)	2	(73)	(134)
Resultado abrangente do período	144	187	706	402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	30/set/22	30/set/21
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	779	536
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	232	224
Baixa de ativos não circulantes	15	-
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	322	236
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	282	125
Valor de reposição estimado da concessão	(256)	(196)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	464	(26)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(9)	35
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(4)	14
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	695	(611)
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(368)	(27)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(18)	(1)
Outros ativos e passivos, líquidos	(147)	(65)
Caixa líquido proveniente das operações	1.987	244
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(174)	(86)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	(43)	16
Rendimento de aplicação financeira	79	12
Juros pagos – Arrendamentos	(2)	(2)
Tributos sobre o lucro pagos	-	(74)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.847	110
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(783)	(546)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(32)	(24)
Resgate de títulos e valores mobiliários	27	4
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(788)	(566)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	750	1.653
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(7)	(7)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(668)	(1.213)
Obrigações especiais	14	61
Pagamento de principal - Arrendamentos	(9)	(7)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	178	162
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(982)	(203)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	(724)	446
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período	335	(10)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	624	912
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	959	902
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	9	6
Arrendamento capitalizados	13	4
Adição e atualização de provisões capitalizadas	6	4
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	9	13

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	<u>Notas</u>	<u>30/set/22</u>	<u>31/dez/21</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	959	624
Contas a receber de clientes e outros	10	1.733	2.109
Títulos e valores mobiliários		19	12
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	63	266
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	41	62
Outros tributos a recuperar	8.2.1	321	74
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	116	316
Outros ativos circulantes		163	136
Total do circulante		3.415	3.599
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	37	51
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	236	397
Outros tributos a recuperar	8.2.1	78	601
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	72	148
Depósitos judiciais	16.1 (c)	39	39
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	177
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	4.123	3.488
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	766	573
Outros ativos não circulantes		43	43
Direito de uso		24	23
Intangível	13	1.515	1.538
Total do não circulante		6.933	7.078
Total do ativo		10.348	10.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	30/set/22	31/dez/21
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	707	699
Empréstimos e financiamentos	15.2	780	858
Passivo de arrendamento		9	5
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	10	2
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	93	103
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	52	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	217	392
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	248	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	45	151
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	40	28
Outros passivos circulantes	17	109	215
Total do circulante		2.310	2.453
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15.2	4.330	4.156
Passivo de arrendamento		19	19
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	34	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	83	72
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	-	541
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	144	147
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	111	39
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	253	-
Outros passivos não circulantes	17	23	16
Total do não circulante		4.997	4.990
Patrimônio líquido		3.041	3.234
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.348	10.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais)



	Reservas de Lucros					Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	952	766	(23)	171	771	-	3.234
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	779	779
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(597)
Outros resultados abrangentes	-	-	(73)	-	-	-	(73)
Transações com acionistas							
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(152)	(152)
Dividendos Intermediário (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(150)	(150)
Saldos em 30 de setembro de 2022	952	766	(96)	171	771	477	3.041

	Reservas de Lucros					Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	952	766	(103)	171	771	-	2.982
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	536	536
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(425)
Outros resultados abrangentes	-	-	(134)	-	-	-	(134)
Transações com acionistas							
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(64)	(64)
Saldos em 30 de setembro de 2021	952	766	(237)	171	771	472	2.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	30/set/22	30/set/21
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	9.480	8.888
Perdas de créditos esperadas	(59)	(60)
	9.421	8.828
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(2.280)	(3.103)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(1.238)	(1.291)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(995)	(679)
	(4.513)	(5.073)
Valor adicionado bruto	4.908	3.755
Depreciação e amortização (*)	(232)	(224)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.676	3.531
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	956	732
Valor adicionado total a distribuir	5.632	4.263
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	226	176
Encargos sociais (exceto INSS)	11	11
Benefícios	112	125
(-) Transferências para ordens	(98)	(98)
Outros	9	8
	260	222
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	49	37
ICMS	1.301	1.217
PIS/COFINS sobre faturamento	346	359
Tributos sobre o lucro	322	236
Obrigações intrassetoriais	1.343	798
Outros	6	6
	3.367	2.653
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e aluguéis (*)	1.226	852
	1.226	852
Remuneração de capitais próprios		
Remuneração aos acionistas	302	64
Lucros (prejuízos) retidos	477	472
	779	536
Valor adicionado distribuído	5.632	4.263

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Redes S.A. – Neoenergia Elektro (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 187/98, com vencimento em 2028.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, desde 2002.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais do Grupo foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, conforme processo de revisão previsto.

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, que são reproduzidas por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, foram preparadas e apresentadas de acordo com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e o CPC 21- Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, previamente divulgadas. As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As demonstrações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações financeiras anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 24 de outubro de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As normas, práticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas as demonstrações financeiras completas findas em 31 de dezembro de 2021, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.4 Novas normas vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (‘IASB’) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Fornecimento de energia (nota 3.1)	1.301	1.481	4.533	4.054
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	1.346	1.062	3.821	3.275
Construção de infraestrutura da concessão	290	158	784	494
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	42	126	63	178
Valor de reposição estimado da concessão (1)	(58)	90	256	196
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	37	369	(94)	611
Outras receitas (nota 3.4)	40	29	117	80
Receita operacional bruta	2.998	3.315	9.480	8.888
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.5)	(994)	(946)	(3.296)	(2.769)
Receita operacional, líquida	2.004	2.369	6.184	6.119

(1) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

Reajuste Tarifário Anual - IRT 2022

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 23 de agosto de 2022, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 27 de agosto de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.100/2022. O efeito médio para os consumidores é de 15,77%, sendo que para os consumidores da alta tensão, 23,72%, enquanto para os da baixa tensão, 11,61%.

O uso dos créditos tributários referentes a exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, aporte da CDE Eletrobrás, decorrente do processo de capitalização da companhia, disponibilização de recursos da Conta de Comercialização de Itaipu, bem como a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até julho/2022, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado já a partir desta data.

A variação da parcela A foi de 21,48%, totalizando R\$ 6.411, impactada principalmente pelo aumento de 5,46% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 233,33 MWh. Já a variação da parcela B foi de 9,32%, totalizando R\$ 2.655, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 10,08%, deduzida do fator X de 0,76%.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	3 meses findos em			
	GWh		R\$	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Residencial	1.203	1.185	877	975
Comercial	507	470	419	399
Industrial	292	309	200	230
Rural	234	296	131	166
Poder público	73	62	57	48
Iluminação pública	126	132	58	78
Serviços públicos	111	112	91	90
Consumo próprio	2	2	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(46)	54
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(834)	(716)
Subvenções e subsídios governamentais	-	-	348	157
Total	2.548	2.568	1.301	1.481

	9 meses findos em			
	GWh		R\$	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Residencial	3.847	3.865	3.207	2.968
Comercial	1.656	1.535	1.469	1.208
Industrial	866	908	646	640
Rural	700	852	433	440
Poder público	246	203	204	143
Iluminação pública	380	392	203	193
Serviços públicos	335	367	295	272
Consumo próprio	6	6	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(179)	12
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(2.539)	(2.246)
Subvenções e subsídios governamentais (1)	-	-	794	424
Total	8.036	8.128	4.533	4.054

- (1) A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No período de 30 de setembro de 2022, foi registrada receita de R\$ 794 (R\$ 424 em 30 de setembro de 2021), sendo: (i) R\$ 70 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 398 (R\$ 393 em 30 de setembro de 2021) referentes a subvenção CDE, (iii) R\$ 8 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 50 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 84 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção escassez hídrica; e (vi) R\$ 184 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção CDE modicidade Eletrobrás.

3.2 Disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Consumidor livre	513	346	1.282	1.029
Consumidor cativo (1)	833	716	2.539	2.246
Total	1.346	1.062	3.821	3.275

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 24 de agosto de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.100/2022.

3.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
CVA e neutralidade				
Energia (i)	(79)	281	(398)	496
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	(1)	40	(401)	52
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (iii)	26	78	231	117
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (iv)	60	(21)	46	40
Neutralidade de encargos setoriais	(62)	44	18	2
PROINFA	9	(9)	53	2
	(47)	413	(451)	709
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação (v)	97	(36)	197	(13)
Risco hidrológico	7	(15)	(23)	(53)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (vi)	24	8	80	(8)
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	-	(7)	-	(32)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (vii)	70	25	197	25
Crédito consumidor reversão para modicidade	5	(18)	22	(18)
Modicidade Eletrobras (viii)	(153)	-	(153)	-
Outros	34	(1)	37	1
	84	(44)	357	(98)
Total	37	369	(94)	611

- (i) Energia: CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2022, conforme determinado pela ANEEL, resultando uma CVA mais passiva neste ano;
- (ii) Encargos do Serviço do Sistema - ESS: CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor bandeira tarifária alocado no ESS em 2022 e o próprio custo Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), e constituída do passivo associado ao ingresso do empréstimo da conta escassez hídrica, no montante de R\$ 84, conforme determinado pela ANEEL, resultando uma CVA mais passiva neste ano;
- (iii) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: CVA ativa, em função da REH nº 3.034/2022, que homologou as quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2022, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA mais ativa neste período;

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (iv) Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão TUST - Rede Básica: CVA ativa, em função da REH nº 3.066/2022, com vigência a partir de 1º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, realizando-as acima da cobertura tarifária ANEEL;
- (v) Repasse de sobrecontratação: A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (vi) Ultrapassagem de demanda/excedente reativo: Componente Financeiro referente a antecipação da reversão de créditos da UDER, conforme Despacho ANEEL nº 245/2016, e homologados pela ANEEL a partir do processo tarifário de 2021. Sendo no IRT 2021 homologado a antecipação das competências de novembro de 2017 a julho de 2021, e no IRT 2022 as competências de agosto de 2021 a julho de 2022;
- (vii) Crédito PIS/COFINS sobre ICMS: Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, R\$ - 347 a título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até setembro de 2022, o valor ativo de R\$ 70 em contrapartida da redução da receita; e
- (viii) Modicidade Eletrobrás: Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobrás com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022.

3.4 Outras receitas

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Arrendamentos e aluguéis	37	25	105	68
Serviço taxado	-	1	1	2
Taxa de iluminação pública	2	2	6	5
Comissão de serviços de terceiros	3	-	3	-
Outras receitas	(2)	1	2	5
Total	40	29	117	80

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3.5 Deduções de receita bruta

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Tributos				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(345)	(400)	(1.300)	(1.217)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(209)	(274)	(652)	(754)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1)	-	(1)	-
	(555)	(674)	(1.953)	(1.971)
Encargos setoriais				
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(393)	(234)	(1.193)	(696)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(8)	(11)	(25)	(27)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(27)	(14)	(91)	(42)
Outros encargos (1)	(11)	(13)	(34)	(33)
	(439)	(272)	(1.343)	(798)
Total	(994)	(946)	(3.296)	(2.769)

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	3 meses findos em		3 meses findos em	
	GWh		R\$	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	1.927	1.562	(357)	(530)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(24)	(499)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2)	-	20	(35)	44
Contratos por cotas de garantia física (iii)	780	787	(109)	(97)
Energia Itaipu (iv)	651	685	(202)	(234)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II (v)	120	130	(40)	(30)
Outros	67	68	(36)	(24)
Subtotal	3.545	3.252	(803)	(1.370)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	73	124
Total	3.545	3.252	(730)	(1.246)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(341)	(247)
Encargos de transporte Itaipu			(20)	(14)
Encargos de conexão			(17)	(23)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (vi)			(12)	(171)
Encargo de Energia de Reserva - EER (vii)			(35)	55
Outros encargos			(13)	(20)
Subtotal			(438)	(420)
Créditos de PIS e COFINS			41	42
Total			(397)	(378)
Total dos custos com energia elétrica			(1.127)	(1.624)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	GWh		9 meses findos em	
			R\$	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	5.895	4.984	(1.093)	(1.255)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(33)	(670)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2)	-	64	(69)	(26)
Contratos por cotas de garantia física (iii)	2.441	2.420	(304)	(280)
Energia Itaipu (iv)	1.921	2.028	(553)	(712)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II (v)	357	386	(122)	(89)
Outros	183	187	(106)	(71)
Subtotal	10.797	10.069	(2.280)	(3.103)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	210	281
Total	10.797	10.069	(2.070)	(2.822)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(838)	(845)
Encargos de transporte Itaipu			(53)	(58)
Encargos de conexão			(46)	(65)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (vi)			(148)	(308)
Encargo de Energia de Reserva - EER (vii)			(115)	24
Outros encargos			(38)	(39)
Subtotal			(1.238)	(1.291)
Créditos de PIS e COFINS			113	120
Total			(1.125)	(1.171)
Total dos custos com energia elétrica			(3.195)	(3.993)

(1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

(2) MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (i) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas;
- (ii) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual;
- (iii) Aumento conforme REH ANEEL 3.068/2022, de 12 de julho de 2022;
- (iv) Redução decorrente aos seguintes fatores: redução da energia alocada (MWh) e potência (MW) conforme REH ANEEL 2.997, de 14.12.2021, redução do câmbio (R\$/US\$ PTAX) e redução da tarifa de potência (US\$/KW) conforme REH ANEEL 3.007/2021, de 23.12.2021;
- (v) Aumento decorrente do reajuste da receita fixa, conforme REH ANEEL 3.002/2021, de 14.12.2021
- (vi) Redução dos Custos do ESS Brasil; e
- (vii) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Pessoal	(30)	(31)	(81)	(92)
Material	(126)	(79)	(390)	(271)
Serviços de terceiros	(61)	(33)	(136)	(95)
Juros sobre obras em andamento	(4)	(2)	(9)	(6)
Outros	(69)	(21)	(168)	(104)
Obrigações especiais	-	8	-	74
Total	(290)	(158)	(784)	(494)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	3 meses findos em			
	30/set/22			
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(82)	(3)	(16)	(101)
Serviços de terceiros	(18)	(12)	(16)	(46)
Depreciação e amortização	(66)	-	(18)	(84)
Provisão para processos judiciais	-	-	(10)	(10)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	1	1
Outras receitas e despesas, líquidas	(23)	-	(12)	(35)
Total	(189)	(15)	(71)	(275)

	3 meses findos em			
	30/set/21			
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(66)	(2)	(19)	(87)
Serviços de terceiros	(16)	(11)	(16)	(43)
Depreciação e amortização	(63)	-	(11)	(74)
Provisão para processos judiciais	-	-	(8)	(8)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas	(23)	-	1	(22)
Total	(168)	(13)	(54)	(235)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

9 meses findos em				
30/set/22				
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(240)	(9)	(58)	(307)
Administradores	-	-	(2)	(2)
Serviços de terceiros	(47)	(33)	(49)	(129)
Depreciação e amortização (2)	(193)	-	(36)	(229)
Provisão para processos judiciais	-	-	(23)	(23)
Impostos, taxas e contribuições	(3)	-	(2)	(5)
Outras receitas e despesas, líquidas	(64)	-	(4)	(68)
Total	(547)	(42)	(174)	(763)

9 meses findos em				
30/set/21				
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(195)	(7)	(54)	(256)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros	(47)	(32)	(48)	(127)
Depreciação e amortização (2)	(186)	-	(38)	(224)
Provisão para processos judiciais	-	-	(20)	(20)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(4)	(6)
Outras receitas e despesas, líquidas	(51)	-	12	(39)
Total	(481)	(39)	(155)	(675)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

(2) Crédito PIS/COFINS, em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$ 3 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	34	7	79	12
(-) Tributos sobre receita financeira	(4)	(2)	(13)	(6)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	19	23	74	93
Atualização de depósitos judiciais	-	-	1	-
Atualização do ativo financeiro setorial	20	-	65	-
Outras receitas financeiras	1	5	6	11
	70	33	212	110
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida (i)	(103)	(69)	(357)	(162)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(3)	(3)	(4)	(9)
Atualização de provisões para processos judiciais	(4)	(5)	(22)	(22)
Outras despesas financeiras	(25)	(18)	(62)	(55)
	(135)	(95)	(445)	(248)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (ii)	(73)	(155)	(281)	(333)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	70	36	449	291
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b))	(76)	(29)	(482)	(269)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (ii)	60	149	260	325
Perdas com variações cambiais e monetárias	(9)	(1)	(17)	(1)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	11	-	22	-
	(17)	-	(49)	13
Resultado financeiro líquido	(82)	(62)	(282)	(125)

- (i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida (CDI, IPCA e outros) e aumento no volume da dívida; e
- (ii) Redução do euro e do dólar em comparação ao aumento verificado nos nove meses do ano passado, gerando maiores ganhos nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente perdas nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	209	274	1.101	772
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(71)	(93)	(374)	(262)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	18	-	52	22
Incentivos fiscais	1	1	3	2
Multas indedutíveis	(1)	-	(1)	-
Outras adições (reversões) permanentes	(1)	3	(2)	2
Tributos sobre o lucro	(54)	(89)	(322)	(236)
Alíquota efetiva	26%	32%	29%	31%
Corrente	(62)	(51)	(208)	(124)
Diferido	8	(38)	(114)	(112)

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras intermediárias e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	30/set/22	31/dez/21
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	273	310
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	38	14
Provisão para processos judiciais	52	51
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	71	65
Arrendamentos capitalizados	2	1
PLR	3	3
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(386)	(299)
Valor justo de instrumentos financeiros	11	(7)
Outros	8	10
Total ativo não circulante	72	148

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	148
Efeitos reconhecidos no resultado	(114)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	38
Saldo em 30 de setembro de 2022	72
Saldo em 31 de dezembro de 2020	337
Efeitos reconhecidos no resultado	(112)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	69
Saldo em 30 de setembro de 2021	294

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recolher

	30/set/22	31/dez/21
IRPJ	30	45
CSLL	11	17
Total ativo circulante	41	62
	30/set/22	31/dez/21
IRPJ	36	-
CSLL	16	-
Total passivo circulante	52	-

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

8.2 Outros Tributos

8.2.1 Outros tributos a recuperar

	30/set/22	31/dez/21
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	139	116
Programa de Integração Social - PIS (i)	46	100
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	214	459
Total	399	675
Circulante	321	74
Não circulante	78	601

- (i) Impacto do Ressarcimento a consumidores no valor de R\$ 43 e R\$ 205 para PIS e COFINS, respectivamente (nota 8.3).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	30/set/22	31/dez/21
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	118	198
Programa de Integração Social - PIS	7	6
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	30	25
Impostos e contribuições retidos na fonte	10	12
Outros tributos a recolher	165	241
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	42	43
Programa de Eficiência Energética - PEE	86	84
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1	-
Bandeira Tarifária	-	89
Outros	6	7
Encargos setoriais	135	223
Total	300	464
Circulante	217	392
Não circulante	83	72

8.3 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

Considerando as ações ajuizadas e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar. Os créditos objeto do referido ativo vêm sendo compensados de acordo com a regulamentação expedida pela RFB frente às obrigações vincendas. Em contrapartida, foi constituído um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos eventos tarifários anuais, à medida que as compensações vão sendo realizadas.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, são atualizados pela taxa SELIC e descontados das compensações já realizadas, representando o montante de R\$ 248 em 30 de setembro de 2022.

Com o advento da Lei nº 14.385/22, de 27 de junho de 2022, ficou definido que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Constituição	493
Atualização monetária	39
Saldo em 30 de setembro de 2021	532
Saldo em 31 de dezembro de 2021	541
Constituição	70
Atualização monetária	44
Compensação	(407)
Saldo em 30 de setembro de 2022	248
Passivo circulante	248

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	30/set/22	31/dez/21
Caixa e depósitos bancários à vista	43	22
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	518	123
Fundos de Investimentos	398	479
Total	959	624

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 30 setembro de 2022 é de 100,51% do CDI (99,31% em 31 de dezembro de 2021).

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	30/set/22			31/dez/21		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	1.148	(196)	952	1.601	(177)	1.424
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	20	-	20	19	-	19
Disponibilidade da rede elétrica	644	-	644	532	-	532
Subvenções e subsídios governamentais	142	-	142	160	-	160
Outros recebíveis	20	(8)	12	32	(7)	25
Total	1.974	(204)	1.770	2.344	(184)	2.160
Ativo circulante			1.733			2.109
Ativo não circulante			37			51

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	30/set/22		31/dez/21	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	369	(79)	481	(78)
Comercial	121	(28)	147	(20)
Industrial	207	(76)	208	(62)
Rural	42	(7)	58	(6)
Poder público	25	(3)	38	(5)
Iluminação pública	18	(1)	30	(1)
Serviço público	59	-	66	(2)
Não faturado	307	(2)	573	(3)
Total	1.148	(196)	1.601	(177)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	30/set/22		31/dez/21	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	685	(29)	1.116	(34)
Saldos vencidos:	463	(167)	485	(143)
90 dias	195	(19)	272	(24)
Entre 91 e 180 dias	52	(25)	47	(22)
Entre 181 e 360 dias	76	(51)	55	(43)
Acima de 361 dias	140	(72)	111	(54)
	1.148	(196)	1.601	(177)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21
Saldo inicial do período	(184)	(166)
Efeito reconhecido no resultado do período	(59)	(60)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	39	50
Saldo final do período	(204)	(176)

Em 30 de setembro de 2022, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 59 (R\$ 60 em 30 de setembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	30/set/22			31/dez/21		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	389	(204)	185	553	-	553
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	12	(5)	7	394	-	394
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	312	-	312	76	(15)	61
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.3)	136	-	136	83	-	83
Neutralidade de encargos setoriais	11	(4)	7	35	(45)	(10)
Outros	64	-	64	5	-	5
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	83	-	83	-	(112)	(112)
Risco hidrológico	-	(348)	(348)	-	(311)	(311)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(127)	(127)	-	(204)	(204)
Diferimento de reajuste	31	(200)	(169)	-	-	-
Passivo conta COVID	-	-	-	-	(3)	(3)
Crédito Consumidor Reversão para modicidade	-	(1)	(1)	-	(23)	(23)
CDE Modicidade Eletrobrás	-	(158)	(158)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	-	(105)	(105)	90	-	90
Outros	13	(36)	(23)	5	(35)	(30)
Total	1.051	(1.188)	(137)	1.241	(748)	493
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	742	(582)	160	475	(461)	14
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	309	(606)	(297)	766	(287)	479
Total	1.051	(1.188)	(137)	1.241	(748)	493
Ativo circulante			116			316
Ativo não circulante			-			177
Passivo não circulante			(253)			-

(1) Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interpôs recurso administrativo quanto a esses valores, sendo a decisão final da ANEEL consubstanciada pelo Despacho 2.168, de agosto de 2022. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (2) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Nesse sentido, foi reconhecida a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de agosto/22 a julho/23, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual. Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21
Saldo inicial do período	3.488	2.773
Baixas	(12)	(12)
Reversão	6	2
Transferência ativo contratual (1)	385	309
Transferência ativo intangível	-	(2)
Ajustes a valor justo (2)	256	196
Saldo final do período	4.123	3.266
Ativo não circulante	4.123	3.266

- (1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

- (2) Variação do valor justo em decorrência do crescimento do IPCA no período.

12.2 Ativo Contratual

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no período:

	9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21
Saldo inicial do período	573	560
Adições (1)	778	493
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(200)	(169)
Transferências - ativos financeiros (1)	(385)	(309)
Saldo final do período	766	575
Custo	823	628
Obrigações especiais	(57)	(53)

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo período. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	5,00%
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.538
Baixas	(14)
Amortização	(209)
Transferências - ativo contratual (2)	200
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.515
Custo	3.908
Amortização acumulada	(2.211)
Obrigações especiais	(182)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.581
Baixas	(17)
Amortização	(188)
Transferências – ativos financeiros (1)	2
Transferências - ativo contratual (2)	169
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.547
Custo	3.709
Amortização acumulada	(1.956)
Obrigações especiais	(206)

- (1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração.
- (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	30/set/22	31/dez/21
Energia elétrica	400	461
Encargos de uso da rede	157	114
Materiais e serviços	150	124
Energia livre	-	-
Total passivo circulante	707	699

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	30/set/22	31/dez/21
Empréstimos e financiamentos bancários	646	1.058
Agências de fomento	1.298	1.373
Mercado de capitais (debêntures)	3.166	2.583
Empréstimos e financiamentos (1)	5.110	5.014
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(255)	(661)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(959)	(624)
(-) Títulos e valores mobiliários	(19)	(12)
Dívida líquida	3.877	3.717

- (1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	30/set/22	31/dez/21
Denominados em R\$	4.121	3.474
Indexados a taxas flutuantes	4.121	3.474
Denominados em US\$	774	1.273
Indexados a taxas flutuantes	168	213
Indexados a taxas fixas	606	1.060
Denominados em outras moedas	240	287
Indexados a taxas fixas	240	287
	5.135	5.034
(-) Custos de transação	(25)	(20)
	5.110	5.014
Passivo circulante	780	858
Passivo não circulante	4.330	4.156

Em 30 de setembro de 2022, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	30/set/22	31/dez/21
Custo médio em % CDI (1)	103,4%	155,0%
Custo médio em taxa Pré (2)	11,5%	7,3%
Saldo da dívida	5.110	5.014
Instrumentos financeiros derivativos	(255)	(661)
Dívida total líquida de derivativos	4.855	4.353

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses.

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2022	83	134	(32)	185
2023	600	376	(16)	960
2024	745	317	(122)	940
2025	864	297	(80)	1.081
2026	885	414	(39)	1.260
Entre 2027 e 2031	1.874	413	(57)	2.230
Entre 2032 e 2036	210	85	-	295
2037 em diante	147	18	-	165
Total	5.408	2.054	(346)	7.116

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 30 de setembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21
Saldo inicial do período	5.014	4.000
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	750	1.653
Amortizações de principal	(668)	(1.213)
Custo de captação	(7)	(7)
Pagamento de encargos de dívida	(174)	(86)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	363	166
Variação cambial	(123)	51
Marcação a valor justo	(45)	(9)
Saldo final do período	5.110	4.555

(1) No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 foi captado pela Companhia o montante de R\$ 750, sendo: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento em 5 anos junto ao MUFG BANK LTD; (ii) R\$ 500 via 11ª emissão de debêntures com prazo final em 7 anos; e (iii) R\$ 50 com prazo de até 20 anos junto ao BNDES.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2024	200	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	29/12/2024	200	-
Linhas de financiamento	R\$	23/04/2023	687	550
			1.087	550

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros:

Consolidado da controladora Neoenergia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

Companhia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	30/set/22	31/dez/21
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos)	(1)	1
Swap de moeda - US\$ vs R\$	237	568
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	20	91
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - produtos e serviços	(1)	1
Exposição líquida	255	661
Ativo circulante	63	266
Ativo não circulante	236	397
Passivo circulante	(10)	(2)
Passivo não circulante	(34)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	30/set/22	31/dez/21
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(20)	288
Contratados para proteção de outras operações	(1)	1
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	276	372
	255	661

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	9 meses findos em					
	30/set/22			30/set/21		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	660	1	661	828	-	828
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(222)	-	(222)	56	-	56
Liquidação financeira entradas (saídas)	(136)	1	(135)	(178)	-	(178)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(47)	(2)	(49)	(12)	-	(12)
Saldo final	255	-	255	694	-	694
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(222)	-	(222)	56	-	56

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (i)	Trabalhistas (ii)	Fiscais (iii)	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	84	79	12	-	175
Adições e reversões, líquidas	15	8	2	-	25
Pagamentos	(26)	(12)	(3)	-	(41)
Atualizações monetárias	16	8	1	-	25
Saldo em 30 de setembro de 2022	89	83	12	-	184
Circulante					40
Não circulante					144

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	61	72	54	4	191
Adições e reversões, líquidas	17	5	-	(2)	20
Pagamentos	(18)	(10)	(38)	(1)	(67)
Atualizações monetárias	15	12	(5)	-	22
Saldo em 30 de setembro de 2021	75	79	11	1	166
Circulante					28
Não circulante					138

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

(i) Processos cíveis: Do total de R\$ 89 (R\$ 84 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, destacam-se:

- Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, envolvendo também questionamentos diversos de clientes atinentes ao fornecimento de energia, entre outros, perfazendo o valor provisionado de R\$ 56 (R\$ 48 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Processos trabalhistas: Do total de R\$ 83 (R\$ 79 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor provisionado é de R\$ 70 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2021); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 12 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(iii) Processos fiscais: Do total de R\$ 12 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, destacam-se:

- Execução fiscal decorrente de auto de infração relativo a crédito de ICMS supostamente indevido no período compreendido entre janeiro de 2004 a novembro de 2007, que se encontra pendente de decisão nos Tribunais Superiores. Em setembro de 2021, a Fazenda do Estado de São Paulo efetuou a correção da Certidão de Dívida Ativa para adequar o valor envolvido às decisões proferidas de forma favorável à Companhia até o momento, culminando na redução de R\$ 16 para R\$ 12, os quais encontram-se atualmente provisionados.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	30/set/22	31/dez/21
Processos cíveis (i)	860	777
Processos trabalhistas (ii)	141	129
Processos fiscais (iii)	1.609	1.066
Total	2.610	1.972

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:

(i) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir:

- Ação proposta pelo Ministério Público Federal em 2017 questionando a cobrança de seguro residencial pela Companhia e oferecido aos seus consumidores juntamente com a fatura de energia elétrica. Em 2020 o juízo de 1ª instância entendeu pela ilegitimidade da ANEEL e da União para integrar a lide e declarou, a incompetência absoluta da Justiça Federal para julgar o feito. Desse modo, determinou a remessa dos autos para a Justiça Estadual para processamento da ação. Os autos foram redistribuídos à Justiça Estadual e aguardam novo julgamento. O montante estimado da demanda é de R\$ 250 (R\$ 220 em 31 de dezembro de 2021); e
- Ações versando sobre eventual legitimidade da cobrança pela instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica em faixas de domínio das rodovias. Como o tema ainda não está pacificado nos Tribunais, os assessores jurídicos da Companhia mantêm o prognóstico de perda como possível. O montante estimado perfaz o total de R\$ 575 (R\$ 469 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Processos trabalhistas: Referem-se a diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, benefícios diversos, ajustes salariais, verbas rescisórias e reflexos. Do total de R\$ 141 (R\$ 129 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor estimado é de R\$ 90 (R\$ 97 em 31 de dezembro de 2021); e

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 51 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir:

- Autos de infração relativos a crédito de ICMS cuja escrituração no "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras previstas na legislação tributária, estimados em R\$ 441 (R\$ 411 em 31 de dezembro de 2021);
- Autos de infração relativos a crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 279 (R\$ 287 em 31 de dezembro de 2021);
- Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 96 (R\$ 90 em 31 de dezembro de 2021); e
- Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos à refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 179 (R\$ 179 em 31 de dezembro de 2021).

As provisões para processos e os passivos contingentes são atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após o ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	30/set/22	31/dez/21
Processos cíveis	9	7
Processos trabalhistas	25	27
Processos fiscais	4	4
Outros processos	1	1
Total	39	39

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

17. OUTROS PASSIVOS

	30/set/22	31/dez/21
Caução em garantia (1)	27	29
Devoluções a consumidores (i)	20	116
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	19	22
Plano de saúde	1	2
Bônus estratégico	10	9
Fundo educacional	5	6
Outras provisões	25	29
Compartilhamento de pessoal	4	5
Entidades seguradoras	1	-
Encargos financeiros	6	-
Outros	14	13
Total	132	231
Circulante	109	215
Não circulante	23	16

- (1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços
- (i) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 95.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Os benefícios de longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido") e (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida").

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	30/set/22	31/dez/21
Salários, férias e 13ª salário e encargos a pagar	92	100
Benefícios de curto prazo	1	3
Benefícios de longo prazo - pós-emprego	111	39
Total	204	142
Passivo circulante	93	103
Passivo não circulante	111	39

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

18.1 Benefícios de longo prazo - pós-emprego

Destacamos as seguintes variações:

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.941)	1.773	-	(168)
Custo do serviço	(8)	-	-	(8)
Efeitos dos juros	(137)	125	-	(12)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	3	-	3
Benefícios pagos pelo plano	116	(116)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	146	-	-	146
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(3)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.828)	1.786	-	(42)
Custo do serviço	(7)	-	-	(7)
Efeitos dos juros	(80)	77	-	(3)
Contribuições pagas pelos participantes	(2)	2	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	2	-	2
Benefícios pagos pelo plano	65	(65)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto (1)	(99)	-	-	(99)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	37	-	37
Saldo em 30 de setembro de 2022	(1.951)	1.839	-	(112)
Planos deficitários	(1.951)	1.839	-	(112)

(1) Em 2022, a Companhia apurou uma perda atuarial pelo ajuste de experiência no valor de R\$ 157, ocasionada substancialmente pelo reajuste de 7,163% nos benefícios dos participantes assistidos que utiliza como base a variação do IGP-Di e um ganho atuarial pelo efeito das mudanças das premissas financeiras no valor de R\$ 59, ocasionada substancialmente pela alteração da taxa de juros.

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	30/set/22		
	Benefício definido	Contribuição definida	Total
Custo do serviço	(4)	(5)	(9)
Despesa com juros de passivos	(81)	-	(81)
Receita com juros de ativos	77	-	77
Total	(8)	(5)	(13)
Alocação dos custos do serviço:			
Resultado do exercício	(4)	(5)	(9)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	30/set/21		
	Benefício definido	Contribuição definida	Total
Custo do serviço	(2)	(2)	(4)
Despesa com juros de passivos	(71)	-	(71)
Receita com juros de ativos	62	-	62
Total	(11)	(2)	(13)
Alocação dos custos do serviço:			
Resultado do exercício	(2)	(2)	(4)

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	Benefício definido	
	30/set/2022	30/set/2021
Saldo no início do período	(28)	(122)
Efeito de mudança nas premissas atuariais (i)	(99)	(276)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	37	85
Efeito bruto	(62)	(191)
Tributos sobre o lucro	21	65
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(41)	(126)
Saldo no final do período	(69)	(248)

(i) Vide nota 18.1.a.

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Benefício definido	
	30/set/2022	31/dez/21
Valor presente das obrigações atuariais	(1.951)	(1.828)
Valor justo dos ativos	1.839	1.786
Total passivo (ativo) líquido	(112)	(42)
Passivo circulante	(1)	(3)
Passivo não circulante	(111)	(39)

e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Hipóteses atuariais/econômicas

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	Benefício definido	
	30/set/2022	31/dez/21
Taxa média nominal de desconto	9,24%	8,94%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	5,58%	5,58%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,00%	3,00%
Duration (em anos)	12,77	13,91
Tábua de mortalidade	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 -Masculina agravada em 10%	AT-49 -Masculina, agravada em 10%

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN"), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado.

O capital social autorizado e integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 952.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Total	
					Ações	R\$
Neoenergia S.A.	91.855.825	451	101.279.596	498	193.135.421	949
Outros	25.147	-	598.697	3	623.844	3
Total	91.880.972	451	101.878.293	501	193.759.265	952

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, no caso de existir lucro a distribuir, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Lucro básico e diluído por ação:				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	70	185	351	534
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	85	-	428	2
Total	155	185	779	536
Em unidades de ações				
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	91.880.972	91.880.972	91.880.972	91.880.972
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	101.878.293	101.878.293	101.878.293	101.878.293
Total	193.759.265	193.759.265	193.759.265	193.759.265
Lucro básico e diluído por ação				
Ação ordinária (R\$)	0,76	0,91	3,82	2,63
Ação preferencial A (R\$)	0,84	1,00	4,20	2,89

b) Remuneração aos acionistas

O Conselho de Administração propôs aos acionistas a destinação referente ao exercício de 2021, aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em abril de 2022, dos quais: (i) R\$ 597, na forma de dividendos adicionais propostos, pagos em agosto de 2022; (ii) R\$ 93, na forma de complemento de dividendos mínimos obrigatórios, pagos em agosto de 2022; e (iii) R\$ 58 (R\$ 68, menos R\$ 10 de imposto de renda), em dezembro de 2021, na forma de juros sobre capital próprio, pagos em março de 2022.

O Conselho de Administração deliberou a remuneração aos acionistas, em 30 de março de 2022, no montante de R\$ 42 (R\$ 50, menos R\$ 8 de imposto de renda), em 15 de junho de 2022, no montante de R\$ 42 (R\$ 49, menos R\$ 7 de imposto de renda), em 23 de setembro de 2022, no montante de R\$ 45 (R\$ 53, menos R\$ 8 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, e em 27 de julho de 2022 aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 150 para pagamento a partir de 02 de agosto de 2022.

Em 30 de setembro de 2022, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 45 (R\$ 151 em 31 de dezembro de 2021).

19.3 Reserva de Capital

(i) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 690 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 30 de setembro de 2022, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 438 (R\$ 406 em 31 de dezembro de 2021) e a disponível para capitalização é de R\$ 252 (R\$ 284 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(ii) Remuneração de incentivo fiscal

Reserva no montante de R\$ 2 em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(iii) Outras reservas de capital

Reserva no montante de R\$ 74 em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

19.4 Reserva de Lucros

(i) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei 6.404/76, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 171.

(ii) Reserva de retenção de lucro

Tem a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 771.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	30/set/22		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Ativo			
Outros ativos (c)/(d)	8	31	-
	8	31	-
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar (a)	3	-	23
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	45	-
Outros Passivos (d)	4	-	-
	7	45	23
	31/dez/21		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Ativo			
Outros ativos (c)/(d)	8	8	-
	8	8	-
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar (a)	2	-	25
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	150	1
Outros Passivos (d)/(f)	5	-	-
	7	150	26

20.2 Transações com partes relacionadas

	9 meses findos em		
	30/set/22		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Resultado do período			
Custos dos serviços (a)	(18)	-	(160)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	31	-	(6)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(22)	-
	13	(22)	(166)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	9 meses findos em			
	30/set/21			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do período				
Custos dos serviços (a)	(13)	-	(144)	(157)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	20	-	(3)	17
Resultado financeiro líquido (c)	-	(18)	-	(18)
	7	(18)	(147)	(158)

20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

- Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) firmados entre as Companhias do Grupo, e prestação de serviço, com instalação de placa solar pela NEOSERV.
- Contribuição ao fundo previdenciário dos funcionários ativos.
- Contrato celebrado para prestação de garantia corporativa, onde a Neoenergia é avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por Aval com vencimento em 27 de junho de 2026.
- Contrato de compartilhamento de pessoal entre empresas do grupo.
- Dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas.
- Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM encerrado em 2022.

20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Salários e benefícios recorrentes	-	-	1	3
Benefícios de longo prazo	-	-	1	-
	-	-	2	3

Os honorários e benefícios de parte dos administradores da Companhia estão reconhecidos no resultado do controlador ou em sociedades sob controle comum.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como seguem:

	30/set/22			31/dez/21		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	561	-	398	145	-	479
Títulos e valores mobiliários	-	-	19	-	-	12
Contas a receber de clientes e outros	1.974	-	-	2.344	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	24	275	-	291	372
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	116	-	-	493	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	4.123	-	-	3.488
Outros ativos financeiros	46	-	-	36	-	-
Total	2.697	24	4.815	3.018	291	4.351
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	707	-	-	699	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.527	-	583	4.302	-	712
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	253	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	44	-	-	2	-
Passivo de arrendamento	28	-	-	24	-	-
Outros passivos financeiros	54	-	10	149	-	9
Total	5.569	44	593	5.174	2	721

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.7 (análise de sensibilidade).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	30/set/22			31/dez/21		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	398	-	398	479	-	479
Títulos e valores mobiliários	19	-	19	12	-	12
Instrumentos financeiros derivativos	299	-	299	663	-	663
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	4.123	4.123	-	3.488	3.488
	716	4.123	4.839	1.154	3.488	4.642
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	583	-	583	712	-	712
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	44	2	-	2
Outros passivos financeiros	10	-	10	9	-	9
	637	-	637	723	-	723

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e 2021, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 256 e R\$ 196, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	30/set/22			31/dez/21		
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	4.527	-	4.465	4.302	-	4.365

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Métodos e técnicas de avaliação

Os métodos e técnicas de avaliação são os mesmos divulgados nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

21.6 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 30 de setembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de *swap* e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	US\$ 31	US\$ 38	2027	168	213
Passivo	R\$ 103	R\$ 123		(96)	(116)
Líquido				72	97

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	US\$ 81	US\$ 86	2025 - 2027	414	499
Passivo	R\$ 214	R\$ 228		(211)	(224)
Líquido				203	275

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	US\$ 35	US\$ 101	2027	177	560
Passivo	R\$ 207	R\$ 364		(216)	(365)
Líquido				(39)	195

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	€ 45	€ 45	2024	226	297
Passivo	R\$ 204	R\$ 202		(206)	(205)
Líquido				20	92

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via *NDF* (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Desembolso			2022 - 2025		
USD					
Termo	US\$ 2	US\$ 2		(1)	2
Líquido				(1)	2

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via *NDF* (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa em 30 de setembro de 2022, R\$ 0,49 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

21.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 30 de setembro de 2022.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	5,4066	(774)	(194)	(387)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)	Queda do Dólar		759	190	380
Exposição Líquida				(15)	(4)	(7)
Dívida em Euro		Alta do Euro	5,2904	(240)	(60)	(120)
Swap Ponta Ativa em Euro	Euro (€)	Queda do Euro		226	56	113
Exposição Líquida				(14)	(4)	(7)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	5,4066	(12) 12	3 (3)	5 (5)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	5,2904	(2) 2	1 (1)	1 (1)
Exposição Líquida				-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	935	31	(7)	(15)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,65%	(2.427)	(88)	(21)	(41)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(729)	(24)	(6)	(11)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	8,73%	(1.695)	(58)	(9)	(17)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	8,73%	-	-	-	-
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	3,74%	-	-	-	-
Swaps Libor 3M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	3,74%	-	-	-	-
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	4,24%	(168)	(2)	-	(1)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	4,24%	168	3	1	1
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	13,65%	-	-	-	-
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,20%	-	-	-	-